

ESPAÇO ABERTO

Dívida e imagem

PEDRO LEITÃO DA CUNHA



Sete meses já se passaram e o governo Collor tem demonstrado competência e persistência no seu projeto Brasil Novo. De fato, a modernização dos conceitos

de administração pública e de orientação econômica estão cada vez mais próximos dos encontrados nos países desenvolvidos.

Existem, contudo, alguns "pontos cegos" que precisam encontrar, no futuro imediato, soluções corajosas, sem o que o projeto em andamento não terá sucesso.

O primeiro é o social, que precisa receber atenção imediata. A Nação jamais atingirá seu objetivo de prosperidade se a saúde e a educação da população desfavorecida brasileira não receberem urgente prioridade. Pela própria natureza desse problema, que exige longa maturação na sua solução, é que se torna essencial o seu pronto equacionamento, que se dê prioridade às diversas medidas a tomar e à estruturação da máquina do Estado para sua implementação. É preciso que se repita ad nauseam que, sem essa base, todo e qualquer projeto de retomada de crescimento econômico estará fadado ao fracasso, pois que eventuais altas taxas de crescimento apenas acentuarão os desequilíbrios e iniquidades sociais, represando a tensão social até sua inevitável explosão.

O segundo ponto prioritário refere-se à necessidade imperiosa de estimularmos os investimentos internos e externos, para que os empregos gerados e a prosperidade deles decorrentes se façam de forma acelerada e diversificada, tanto econômica como socialmente. Esses investimentos dependem, é claro, de diversos fatores técnicos, cuja enumeração deixaremos para outra oportunidade. Mas um fator essencial é a confiança na Nação, que se traduz na credibilidade do governo. Contrariamente ao pro-

***É essencial a confiança
da Nação, que se
traduz na credibilidade
do governo***

cedimento adotado pelos países desenvolvidos, os governos brasileiros, passados e o atual, tentaram diferenciar crédito e investimento, como se fossem coisas distintas, desprezando o primeiro e desejando o segundo, como se não houvesse entre eles uma profunda interdependência. Empresário e banqueiro são fatores complementares, cuja decisão promove a atividade econômica, e o não reconhecimento desta realidade levará qualquer governo à frustração e ao desapontamento.

Abstraindo qualquer referência à dívida externa, preocupa-nos o caminho que trilha o governo com relação à dívida interna. Permanece a atitude arrogante, e sobretudo equivocada, de que o governo tem o poder de ignorá-la... e os agentes econômicos credores, a parte fraca da equação, que se arranjam. A prevalecer tal irresponsabilidade, isto, é o repúdio à responsabilidade formalmente assumida, as conseqüências serão mais sérias do que as apontadas pelas frágeis equações de muitos economistas quando não incorporam a seus cálculos os componentes "confiança" e "credibilidade". O custo se traduzirá pelo enfraquecimento do sistema bancário nacional, que, por sua vez, contaminará sua contrapartida internacional, gerando a inércia negativa ao nosso desenvolvimento social e econômico, objetivo prioritário do governante responsável e aspiração unânime do povo brasileiro. A recente determinação do Banco Central de que os bancos lancem seus créditos contra o governo federal na "provisão de créditos duvidosos" evidencia uma escola de pensamento de difícil convergência com o Estado moderno e desenvolvido, não pela cautela exibida pela autoridade monetária, mas pela constatação do animus inadimplente. É um aviso à sociedade de que ainda estamos bem longe do ponto onde a Nação merece estar.

Concluindo, a diferença básica entre um país desenvolvido, entre os quais queremos nos situar, e seu irmão primitivo é que, no primeiro, a sociedade impõe a prevalência dos princípios e o segundo se curva à conveniência do imediato. Devemos nos comportar de forma coerente com nossas aspirações, respeitando, ainda que negociando, as obrigações assumidas.

□ Pedro Leitão da Cunha é banqueiro.